



**EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 3º SARGENTOS
DO QUADRO DE PRAÇAS ESPECIALISTAS DA POLÍCIA MILITAR (QPE),
PARA O ANO DE 2007. PROVA II**

EAP 3º SGT QPE

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

NOME: _____ **Nº POL.:** _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.
3. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
4. Para cada questão existe somente uma resposta.
5. A prova terá duração de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala após transcorrido o tempo mínimo de 01:00 (uma hora).
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

1ª QUESTÃO – De acordo com o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () **cabe aos militares a responsabilidade integral das decisões que tomam ou dos atos que praticam, inclusive na execução de missões por eles taxativamente determinadas.**
- B. () a praça perde a condição de servidor público em virtude de sentença condenatória restritiva da liberdade individual, por mais de um ano e meio e passada em julgado.
- C. () os vencimentos do Policial Militar compreende o soldo, vantagens constantes e férias anuais.
- D. () o Comandante Geral poderá conceder licença, pelo prazo máximo de seis meses ao militar por motivo de doença na pessoa do seu pai, mãe, irmãos, filhos, cônjuge desde que não esteja separado, desde que prove ser indispensável sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada conciliada com suas funções.

2ª QUESTÃO - Aos militares da ativa é vedado:

- A. () candidatar-se a cargos eletivos, quando possuidores de menos de 10 (dez) anos de efetivo serviço.
- B. () o exercício do magistério ou de atividades técnico-profissionais.
- C. () **fazer parte de firmas comerciais, empresas industriais de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerado.**
- D. () a gestão de seus bens.

3ª QUESTÃO - Perante o Estatuto dos Militares, EMEMG, o militar desertor, ao ser recapturado ou se apresentar, deverá:

- I. ser conduzido preso em flagrante, imediatamente, à presença do juiz de direito militar, que oferecerá denúncia pelo crime de deserção.
- II. ser submetido a PAD, uma vez que sua conduta atenta contra a honra pessoal e o decoro da classe.
- III. se praça, será desagregado, sendo revertido ao respectivo quadro da ativa.
- IV. permanecer agregado, até a sentença condenatória final.

Estão **CORRETAS**:

- A. () **somente II, III**
- B. () somente II, III e IV
- C. () somente I, II e IV
- D. () somente I, II e III

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

4ª QUESTÃO - A promoção por tempo de serviço é devida:

- A. () ao Soldado e ao Cabo que estiver no conceito A50, com no mínimo, dez anos de efetivo exercício na mesma graduação.
- B. () somente ao Cabo que estiver no conceito B-24 com, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na mesma graduação.
- C. () a todo policial militar que tenha mais de 10 anos de efetivo serviço no posto/graduação.
- D. () **ao Soldado e ao Cabo que tiverem, dentre outros, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na mesma graduação.**

5ª QUESTÃO - Quanto ao uso do uniforme pelo Militar Estadual:

- A. () é permitido sobrepor ao uniforme insígnias ou distintivos de qualquer natureza.
- B. () **o militar, fardado ou em trajes civis, tem as prerrogativas e obrigações correspondentes ao seu posto ou graduação.**
- C. () é permitido o uso fora do país por qualquer militar da ativa em trânsito e serviços de qualquer natureza.
- D. () o agasalho de educação física permite o trânsito gratuito no interior de coletivos.

6ª QUESTÃO - As dispensas do serviço são concedidas aos militares dentro dos seguintes limites:

- A. () por 05 dias no caso de núpcias e 08 dias paternidade.
- B. () por 08 dias no caso de núpcias e paternidade.
- C. () por 120 dias no caso de gestantes e 08 dias no caso de paternidade.
- D. () **por 120 dias no caso de gestantes e 05 dias no caso de paternidade.**

7ª QUESTÃO - Perante a Lei nº 14.310/CEDM, o militar poderá ser colocado em disponibilidade cautelar:

- A. () **quando acusado de crime ou de ato irregular que efetivamente concorra para o desprestígio das IME e dos militares.**
- B. () quando cometer crime de homicídio, estando de serviço, contra civis.
- C. () quando der causa a conduta que atente contra a dignidade da pessoa humana.
- D. () quando pratica conduta que incida em ato de improbidade administrativa.

8ª QUESTÃO - Para que seja sugerido o arquivamento de uma sindicância que investiga a eventual transgressão disciplinar praticada por um militar devemos considerar:

- A. () causas de substituição de sanção previstas no artigo 10 do CEDM.
- B. () **causas de justificação previstas no artigo 19.**
- C. () basta que seja verificado que o militar agiu por culpa e não por dolo.
- D. () deve-se verificar que o militar tenha um ótimo comportamento e seja um militar exemplar.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

9º QUESTÃO - Uma vez enquadrado disciplinarmente, poderá o militar estadual, perante a Lei nº 14.310/02 - CEDM:

- A. () interpor recurso à autoridade que aplicou a sanção, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias úteis.
- B. () **interpor recurso à autoridade superior, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias úteis.**
- C. () apresentar queixa quando for enquadrado injustamente, no prazo de cinco dias úteis.
- D. () interpor recurso à autoridade superior, com efeito devolutivo, no prazo de cinco dias.

10º QUESTÃO - Nos termos da Lei nº 14.310/CEDM c/c Instrução de Corregedoria nº 01/05, considera-se conduta motivadora de Relatório Reservado em desfavor de militar superior ou mais antigo:

- A. () subordinado que presenciar ou tomar conhecimento de qualquer conduta anti-ética, se caracterizando como uma comunicação disciplinar e devendo ser devidamente fundamentado.
- B. () subordinado que presenciar ou tomar conhecimento de ato ou fato contrário à moralidade ou à legalidade, se caracterizando como uma comunicação disciplinar e não havendo necessidade de ser fundamentado.
- C. () **subordinado que presenciar ou tomar conhecimento de ato ou fato contrário à moralidade ou à legalidade, não se caracterizando como uma comunicação disciplinar e devendo ser devidamente fundamentado.**
- D. () subordinado que presenciar ou tomar conhecimento de qualquer conduta anti-ética, se caracterizando como uma comunicação disciplinar e não havendo necessidade de ser fundamentado.

11º QUESTÃO - Tem direito à continência:

- A. () o Presidente e o Vice-presidente da República, os ministros de Estado e do Superior Tribunal de Justiça, e os prefeitos municipais.
- B. () as autoridades civis, os militares estrangeiros, os integrantes das polícias civis e guardas municipais.
- C. () **a bandeira nacional, o hino nacional, o Presidente da República, a tropa formada e os militares da ativa.**
- D. () os militares da reserva e reformados, em qualquer situação, e os presidentes de Assembléias legislativas.

12º QUESTÃO - Subordinado, ao encontrar superior em local público onde não estiver sendo realizada solenidade cívico-militar deverá agir da seguinte maneira:

- A. () o militar faz alto e permanece de frente para ele.
- B. () deve atendê-lo o mais rápido possível, prestando a continência regulamentar da posição de sentido.
- C. () empregará o tratamento “você”.
- D. () **o militar cumprimenta, tão logo lhe seja possível, seu superior.**

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

13º QUESTÃO- O militar detentor de porte de arma de fogo institucional poderá:

- A. () não poderá conduzir armas em locais onde haja aglomeração de pessoas em virtude de evento de qualquer natureza.
- B. () **podará conduzir a arma em locais onde haja aglomeração de pessoas em virtude de evento de qualquer natureza.**
- C. () poderá conduzir a arma ostensivamente.
- D. () poderá deixar de se identificar em locais onde haja policiamento ou segurança privada.

14º QUESTÃO- O militar estadual da PMMG que possua porte e registro de arma de fogo particular, poderá se deslocar para fora do Estado, portando uma arma:

- A. () **quando devidamente autorizado por seu Comandante de Unidade, até nível de Cia PM Independente, portando sua carteira de polícia e o certificado de registro da arma.**
- B. () independente de autorização de seu Comandante, quando estiver portando a carteira de polícia e o registro da arma.
- C. () quando devidamente autorizado por seu Comandante de Unidade, até nível de Cia PM Independente, portando apenas sua carteira de polícia.
- D. () quando devidamente autorizado por seu Comandante de Unidade, até nível de Cia PM Independente, portando seu certificado de registro da arma.

15º QUESTÃO - São consideradas situações impeditivas à autorização interna da PMMG para o militar adquirir arma ou munição:

- A. () estiver sob prescrição médica.
- B. () sendo inativo, for considerado inapto no treinamento realizado através de curso particular.
- C. () ter sido contra indicado pelo CEDMU da Unidade.
- D. () **punido definitivamente nos últimos dois anos, por transgressão disciplinar, cujo fato evidencie a utilização indevida de arma de fogo.**

16ª QUESTÃO – Assinale a alternativa **CORRETA**:

Em relação a Instrução nº 01/05, da CPM, o militar, ao redigir uma comunicação disciplinar:

- A. () deverá citar incisos e artigos da norma violada.
- B. () **não deverá citar incisos e artigos da norma violada.**
- C. () deverá constar observações pessoais e detalhes a respeito da conduta adotada pelo transgressor.
- D. () deverá apontar o enquadramento do militar bem como transcrever o artigo da norma violada.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

17º QUESTÃO - Sobre a Comunicação disciplinar e com base na Instrução de Corregedoria nº 01/05– CPM, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () o militar não poderá elaborar diretamente as suas Razões Escritas de Defesa (RED) deve obrigatoriamente constituir defensor para proceder em seu nome, apresentando sua procuração, que será juntada ao procedimento.
- B. () o militar, em suas RED, poderá usar em sua plenitude o direito irrestrito da ampla defesa e do contraditório, mesmo que atente contra os princípios da hierarquia e disciplina, pois não poderá ser responsabilizado pelos excessos que cometer.
- C. () a administração, encaminhará a comunicação ao acusado, mediante notificação formal, contendo o fato e qual a norma, em tese, violada, para que este apresente as alegações de defesa, no prazo improrrogável de cinco dias úteis.
- D. () caso o militar não apresente as RED, ou se recuse a fazê-lo, o militar responsável pelo procedimento deverá diligenciar para que essa recusa seja formalizada em termo próprio (termo de recusa), que deverá ser assinado por apenas uma testemunha, que deverá estar presente a todo o ato.

18º QUESTÃO - No tocante à acareação, a Instrução de Corregedoria nº . 01/05 – CPM, afirma corretamente que:

- A. () o Encarregado, ao realizar acareação, esclarecerá aos acareados os pontos em que divergem e informará que um poderá intervir no pronunciamento do outro.
- B. () a acareação poderá ser promovida ex-officio ou a requerimento das partes. Neste último caso o encarregado deferirá o pedido se efetivamente entender necessário ou motivará o seu indeferimento.
- C. () o termo de acareação será imprescindível, quando houver declarações divergentes.
- D. () o Encarregado deverá dar-se por satisfeito com a simples ratificação dos depoimentos ou declarações anteriores.

19º QUESTÃO - Conforme descrito na Instrução de Corregedoria, nº 01/05, a defesa prévia, que se constitui no libelo acusatório para início da etapa acusatória, será obrigatória:

- A. () na sindicância e no procedimento sumário.
- B. () em todos os procedimentos disciplinares em que haja etapa acusatória.
- C. () na sindicância e na abertura de vista para as transgressões disciplinares residuais em IPM.
- D. () somente na sindicância.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

20º QUESTÃO - É considerada infração disciplinar de pequeno potencial, estando o militar de serviço. Marque (V) para as alternativas verdadeiras e (F) para as alternativas falsas:

- 1. () portar arma institucional sem o certificado de registro.
- 2. () transitar na rua sem a cobertura.
- 3. () usar adereços e óculos exóticos.
- 4. () ler revistar e jornais em bancas.

A. () F, V, F, V.

B. () F, V, V, V.

C. () V, F, F, F.

D. () V, V, V, V.

21º QUESTÃO - O militar que praticar infração penal, crime comum ou militar:

A. () poderá ser punido na esfera administrativa e na esfera cível, antes da sentença penal condenatória definitiva.

B. () somente poderá ser punido na esfera administrativa depois da sentença penal condenatória definitiva.

C. () poderá ser punido na esfera cível, mas não na administrativa.

D. () não poderá ser punido na esfera administrativa e cível, porque caracterizaria dupla punição.

22º QUESTÃO - O superior hierárquico que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado, que cometeu infração, no exercício do cargo, pratica o crime de:

A. () prevaricação.

B. () corrupção passiva.

C. () condescendência criminosa.

D. () desobediência.

23º QUESTÃO - O Soldado PM “Alfa”, de serviço, apreende, na rua, em poder de “Beta”, mercadoria contrabandeada. Ao invés de entregá-la, na totalidade, à Delegacia, desvia uma parte em proveito próprio. “Alfa” comete crime de:

A. () furto.

B. () prevaricação.

C. () peculato.

D. () apropriação indébita.

24º QUESTÃO - O tipo penal militar que descreve a conduta de : “usar, como próprio, documento de identidade alheia, ou de qualquer licença ou privilégio em favor de outrem, ou ceder a outrem documento próprio da mesma natureza, para que dele se utilize, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar,” corresponde ao crime:

A. () uso de documento pessoal alheio.

B. () falsa identidade.

C. () uso de documento falso.

D. () falsidade ideológica.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

25ª QUESTÃO - O Cb PM “Barbeiro”, componente da Cia MAT, de serviço, impôs como obrigação e recebeu de um motorista vultosa soma de dinheiro para não lhe aplicar uma Autuação de Infração de trânsito. Cometeu o Cb PM “Barbeiro” crime de:

- A. () corrupção ativa.
- B. () **concussão.**
- C. () peculato.
- D. () corrupção passiva.

26ª QUESTÃO - O militar estadual que pratica conduta prevista como crime de abuso de autoridade, Lei nº 4.898/65, será processado e julgado:

- A. () na Auditoria da Justiça Militar Estadual.
- B. () no Tribunal de Justiça Militar.
- C. () na Justiça Federal.
- D. () **na Justiça Estadual Comum.**

27ª QUESTÃO - De acordo com a Lei nº 4.898/65, que reza sobre o crime de abuso de autoridade, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O processo administrativo poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.
- B. () **Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de 1(um) a 5 (cinco) anos.**
- C. () considera-se autoridade para efeitos desta Lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, exceto se a exerce transitoriamente e sem remuneração.
- D. () a sanção aplicada por crime de abuso de autoridade não será anotada na ficha funcional da autoridade civil ou militar.

28ª QUESTÃO - De acordo com a Lei nº 9.455/97, que definiu os crimes de tortura, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () todos os condenados pela prática do crime de tortura iniciarão o cumprimento da pena em regime fechado.
- B. () quando o crime de tortura é cometido por agente público não há aumento de pena.
- C. () **esta lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.**
- D. () a condenação acarretará a interdição para o exercício de cargo, emprego ou função pública pelo triplo do prazo da pena aplicada.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

29º QUESTÃO- O crime de tortura, previsto na Lei nº 9.455/97 é:

- A. () inafiançável.
- B. () insuscetível de indulto.
- C. () imprescritível.
- D. () suscetível de graça e anistia.

30º QUESTÃO- Os processos perante o Juizado Especial, segundo previsto na Lei nº 9.099/95, orientar-se-ão, dentre outros, pelos seguintes critérios:

- A. () razoabilidade, morosidade e oficiosidade.
- B. () oralidade, artificialidade e formalidade.
- C. () simplicidade, informalidade e economicidade.
- D. () oralidade, informalidade e celeridade.

31º QUESTÃO- Das alternativas abaixo, de acordo com a Lei nº 9.099/95:

- I. Dentre os institutos processuais existentes na Lei dos Juizados Especiais Criminais, temos a suspensão condicional do processo, que consiste em um acordo celebrado entre o representante do Ministério Público e o autor do fato, pelo qual o primeiro propõe ao segundo uma pena alternativa, amparado no princípio da oportunidade ou discricionariedade, que propicia ao órgão acusatório dispor da ação penal, atenuando o princípio da obrigatoriedade.
- II. A representação para a propositura da ação penal pública, nos casos em que a Lei 9099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) passou a exigir, implica em que o ofendido ou seu representante legal, será intimado para oferecê-la no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de decadência.
- III. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta lei, as contravenções e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- IV. Aceita-se a citação por edital do acusado, para que este compareça perante o Juizado Especial.

Estão **CORRETAS**:

- A. () somente II, III.
- B. () somente II, III e IV.
- C. () somente I, II e IV.
- D. () somente I, II e III.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

32º QUESTÃO - Nos termos da Lei que instituiu os Juizados Especiais, Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995), é **CORRETO** afirmar:

- A. () expirado o prazo, sem revogação, da suspensão condicional do processo, o Juiz declarará extinta a pena.
- B. () a decisão que homologa a transação penal gera efeitos civis e poderá servir de título executivo no juízo cível.
- C. () as disposições desta lei se aplicam no âmbito da Justiça Militar.
- D. () a exigência de reparação do dano não é requisito para a concessão da suspensão condicional do processo, mas condição para que seja declarada a extinção da punibilidade.

33º QUESTÃO - A prática de ato de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8429/92:

- A. () não ocorre quando o servidor estatutário causa prejuízo ao erário, agindo culposamente.
- B. () pode implicar a suspensão dos direitos políticos.
- C. () exige a participação de terceiros, estranhos ao aparato estatal.
- D. () corresponderá sempre à prática de ilícito penal.

34º QUESTÃO - Nos termos da Lei nº 8.429/92:

- I. A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- II. o terceiro beneficiado responderá solidariamente com o agente público para o ressarcimento do dano integral causado ao erário, apenas quando tenha beneficiado com a prática da improbidade administrativa.
- III. o sucessor do agente público que causou dano ao patrimônio não tem qualquer responsabilidade quanto ao dever de ressarcimento do prejuízo causado.
- IV. as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nessa lei podem ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

As afirmativas **CORRETAS** são:

- A. () II e III.
- B. () III e IV.
- C. () I e IV.
- D. () I e II.

35ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial, quais são os Princípios Essenciais para o Uso da Força?

- A. () Legalidade, Necessidade, Conveniência, Proporcionalidade.
- B. () Legalidade, Moralidade, Necessidade, Conveniência.
- C. () Legalidade, Moralidade, Conveniência, Proporcionalidade.
- D. () Legalidade, Necessidade, Moralidade, Proporcionalidade.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

36ª QUESTÃO – Durante o atendimento de uma ocorrência policial, um Sargento PM se depara com um suspeito que adota postura agressiva. Tomando por base os estágios relativos ao processo mental da agressão, assinale a seqüência correta dos passos que o graduado deve seguir para responder à possível agressão.

- A. () decidir, identificar, certificar e agir.
- B. () Identificar, decidir, certificar e agir.
- C. () decidir, certificar, Identificar e agir.
- D. () **Identificar, certificar, decidir e agir.**

37ª QUESTÃO- Considera-se como Treinamento Tático, aquele que:

- A. () é realizado semanalmente, nas terças-feiras, com duração de, no mínimo, uma hora, abordando exclusivamente assuntos da execução operacional.
- B. () **é realizado diariamente, antes do empenho operacional, com duração de, no mínimo, trinta minutos, abordando exclusivamente assuntos da execução operacional.**
- C. () é realizado semanalmente, nas terças-feiras, com duração de, no mínimo, uma hora, abordando assuntos da execução operacional e administrativa.
- D. () é realizado mensalmente, na sede da Unidade, com duração de, no mínimo, uma hora e meia, abordando assuntos da execução operacional e administrativo.

38ª QUESTÃO- Ao atender uma ocorrência ou ao aproximar-se do que pode ser uma situação de crise, o militar estadual deverá estar em um certo nível de alerta:

- I. o problema já existe e você está ciente de que um confronto é provável.
- II. o perigo se mantém por um período de tempo prolongado, ou o policial enfrenta um perigo para o qual não estava preparado.
- III. existe distração com o que está acontecendo ao seu redor, relaxamento, pensamento disperso.
- IV. o risco é real e a reação instantânea é necessária.

Considerando-se os itens de I a IV, verifique a seqüência que identifica os níveis de estado de alerta:

- A. () I – Estado de Pânico; II – Estado de Alerta; III – Estado Relaxado e; IV – Estado de Alarme.
- B. () I – Estado de Alarme; II – Estado de Pânico; III – Estado Relaxado e; IV – Estado de Alerta.
- C. () **I – Estado de Alerta; II – Estado de Pânico; III – Estado Relaxado e; IV – Estado de Alarme.**
- D. () I – Estado de Alarme; II – Estado Relaxado; III – Estado de Pânico e; IV – Estado de Alerta.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

39º QUESTÃO - Uma vez que um militar estadual tenha abordado, imobilizado e algemado um suspeito, estando o mesmo sob sua custódia, passa a ser o responsável por sua segurança. Para tanto, deve atentar para os seguintes aspectos:

- A. () embarcá-lo com segurança na viatura policial; verificar se as algemas estão causando dor ou sofrimento; não permitir que ele se assente ou fique de pé em uma posição confortável e evitar o uso excessivo de força ao conter o suspeito.
- B. () embarcá-lo com segurança na viatura policial; verificar se as algemas não lhe estão causando dor ou sofrimento; permitir que ele se assente ou fique de pé em uma posição confortável e evitar o uso excessivo de força ao conter o suspeito.
- C. () embarcá-lo com segurança na viatura policial; verificar se as algemas não lhe estão causando dor ou sofrimento; não permitir que ele se assente ou fique de pé em uma posição confortável e usar de força excessiva ao conter o suspeito.
- D. () embarcá-lo com força e velocidade na viatura policial; verificar se as algemas não lhe estão causando dor ou sofrimento; não permitir que ele se assente ou fique de pé em uma posição confortável e evitar o uso excessivo de força ao conter o suspeito.

40º QUESTÃO - Os níveis de força que devem ser observados pelo militar estadual, adequadas ao uso da força legal como formas de controle de um indivíduo suspeito ou infrator será:

- A. () verbalização, presença policial, controle de contato, controle físico, táticas defensivas não letais e força letal.
- B. () verbalização, presença policial, controle físico, controle de contato, táticas defensivas não letais e força letal.
- C. () presença policial, verbalização, controle de contato, controle físico, táticas defensivas não letais e força letal.
- D. () controle de contato, controle físico, presença policial, verbalização, táticas defensivas não letais e força letal.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPE / 2007- PROVA II

RASCUNHO – GABARITO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	